

REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE GESTÃO DE TRABALHO DO INSS



Data: 14 de abril de 2015

Local: Auditório do INSS – Setor de Autarquias Sul, em Brasília.

Participantes:

INSS: Mônica Arcoverde Moraes - Diretora de Gestão de Pessoas Substituta; Robinson Flavio Dias Nemeth - Diretor de Atendimento Substituto; Flávia Nunes Simões Souto Mayor - Representante da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística; Suelia Maria Valadares Guimarães Pereira - Representante da Diretoria de Benefícios; Elza Satomi Ito - Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Carreiras - Oliveiros Silva Mendes Junior - Equipe da Divisão de Desenvolvimento de Carreiras; Maurício Matos Mendes - Equipe da Divisão de Desenvolvimento de Carreiras; Cristie Freitas Sampaio Costa Cordeiro - Equipe da Divisão de Desenvolvimento de Carreiras; Anelízia Gonçalves de Melo - Chefe da Divisão de Orientação e Uniformização de Procedimentos.

MPS: Benedito Brunca - assessor do Ministro da Previdência Social.

FENASPS: Moacir Lopes (PR), Carmem Beatriz Fosch (RS) e Luciano W. Veras (SC)

Inicialmente, cabe salientar que a volta do Fórum é um desdobramento direto da reunião ocorrida em 18 de março de 2015 junto a Presidência do INSS, a partir de solicitação da FENASPS que argumentou da necessidade urgente de se abrirem as discussões sobre a realidade dos locais de trabalho, as dificuldades e as propostas de solução, visto que já havia acúmulo de conhecimento a esse respeito oriundo das últimas reuniões do Fórum.

A reunião iniciou com o representante do INSS, da Diretoria de Gestão de Pessoas, Mônica Arcoverde, dizendo que estavam retomando o dialogo e debatendo a situação e os problemas referente à vida laboral dos trabalhadores do INSS, que contribuíssem para encontrar as soluções.

A FENASPS expos que apesar das inúmeras solicitações, a última reunião ocorrida do Fórum de Gestão do Trabalho já havia sido há quase um ano e que, doravante, esperava que realmente se pudesse desenvolver um trabalho continuado, com reuniões periódicas de forma a produzirmos realmente ações que repercutam e deem soluções aos inúmeros problemas e dificuldades sentidas na base da categoria do INSS.

A seguir, questionou-se sobre a insalubridade e o teor do Memo. Circular Conjunto nº 2/DGP/DIRSAT/INSS, de 10 de abril de 2015. A administração confirmou que só terá direito a insalubridade os locais de trabalho que possuírem laudos feitos por profissionais médicos com especialização em medicina do trabalho ou engenheiros e arquitetos com especialização em segurança no trabalho, conforme orientação dada pela AGU em seu parecer 083/2014/DECOR/CGU/AGU. Portanto, os laudos feitos por Analistas com Engenheiros com Especialização em Saúde do Trabalhador, não poderão ser utilizados para concessão e ou manutenção do pagamento ao adicional de insalubridade.

A FENASPS denunciou que servidores removidos ou relotados estão perdendo a insalubridade mesmo atuando em agências com laudo e que não há qualquer movimentação nas superintendências para que haja novos laudos. Além do fato de até a presente data os médicos peritos do Instituto, mesmo aqueles com especialização, estão impedidos de fazer os laudos ambientais por ser parte interessada uma vez que as maiorias destes profissionais recebem insalubridade. E que seria importante buscar saídas para resolver estes impasses. Uma das soluções poderia advir da realização de convênios com os núcleos do SIASS, MTE e/ou Universidades.

O INSS informou que a orientação é que todos sigam a ON 06 /SEGEP/MP e que as Superintendências tem autonomia para usar o SIASS ou realizar convênios de forma a angariar profissionais e produzir os laudos.

Alertamos que dificilmente isso seria feito a curto ou médio prazo, porque o enorme corte orçamentário reflete, entre outras coisas, diretamente no pagamento de diárias e outros gastos com viagens. Com certeza, dificultaria e/ou inviabilizaria o deslocamento de profissionais das Gerências Executivas para elaborar os laudos.

A FENASPS ponderou que era urgente à necessidade de revisão dos critérios e índices que permeiam a manutenção do turno estendido (REAT), uma vez que a sobrecarga de trabalho que estão submetidos os servidores já ultrapassou todos os limites da racionalidade humana, deixando como consequência o aumento do adoecimento por doenças psicossomáticas DORT/LER. Pois, existe uma grande insatisfação dos servidores pelas condições de trabalho.

Os afastamentos, a falta de chefias tem levado os servidores ao descontentamento geral. Igualmente as mudanças, as antecipações de agendamentos, as quantidades de atendimentos estão conduzindo a todos para a perda do turno estendido. Dissemos ainda que o Fórum de Gestão de Trabalho pode e deve ter resultados imediatos de forma a resolver questões prementes na base da categoria e que essa era uma demanda possível de ser realizada com algumas ações simples que dependem prioritariamente de vontade política da instituição.

Entre os vários problemas enfrentados pelos servidores nas APS com o turno estendido, apontamos ainda: a) A dificuldade de manter os cargos comissionados (chefias) frente à baixa remuneração, a carga de trabalho, a responsabilidade e ainda tendo que se trabalhar 2h a mais por jornada; b) O aumento absurdo da demanda espontânea com mais 10 milhões de atendimento anuais

conforme dados do TCU; c) A falta de critérios para a abertura de agendas para atendimento nas APS; d) A falta de funcionários e de condições adequadas de trabalho para atender a demanda.

Reafirmamos ainda, denúncias realizadas em 2014, que tem servidores fazendo rateio para completar o ínfimo valor pago para os supervisores permanecerem no cargo. Esta situação é absurda, insustentável e precisa de uma solução urgente, que seria a retirada das exigências da obrigatoriedade destes fazerem 40 horas. Estes problemas tem levado a alta rotatividade nos cargos sendo que, atualmente, os mesmos acabam sendo preenchidos sem observar que os ocupantes tenham a experiência e a qualificação necessária.

Um dos representantes do governo, numa saída pela tangente, questionou se existe algum estudo ou dados estatísticos com respeito a esta rotatividade, pois acreditam que a rotatividade sempre houve e que não é um efeito do turno estendido. Caso haja dados que avalizem tal afirmação, é necessário verificar as causas para as devidas providências.



Os representantes da FENASPS alertaram que independente de haver ou não estudos, estatísticas da rotatividade anterior ao turno estendido, o fato é que as causas do afastamento agora são de outra ordem. Pois, antes de implantar os programas de produtividade e as metas do turno estendido, existiam critérios políticos e pessoais envolvidos na posse ou exoneração de cargos. Contudo, a situação se agravou com exaustão e o acúmulo do ônus relativos à responsabilidade, tendo ainda uma jornada superior de 8h, com valor aquém do que seria adequado ao cargo não tem atraídos servidores para ocupar a função, e muitas vezes quem assume permanece por pouco tempo.

Na realidade, o problema é estrutural e bem mais profundo, **envolvendo GDASS, paridade, tempo de aposentadoria e abono de permanência, condições e ambiente de trabalho e metas abusivas**. No entanto, reiteramos que dentro do Fórum é possível reavaliar e modificar critérios que possibilitem a humanização do turno estendido e sua manutenção de forma adequada.

Queremos sim discutir a Carreira e todos os demais assuntos relevantes, mas acreditamos que o Fórum tem poder de solucionar as questões relativas aos problemas encontrados na gestão da instituição.

Os representantes do governo disseram que estão em processo de organização para implantar um programa de super triagem de forma que seja possível expedir um extrato único no setor de orientação e informação. Também um acordo de cooperação entre a rede bancária e órgãos públicos para fazer autenticação e permitir ao segurado ter uma senha para acesso às informações sobre benefícios, retirar extratos, empréstimos, financiamentos e para imposto de renda.

Ao final da reunião, acordaram-se as seguintes propostas a serem levadas para a Presidência da autarquia:

1. Suspensão temporária dos índices e critérios de manutenção do turno estendido (REAT) até que grupo de Trabalho ou o próprio Fórum possam reavaliar e revisar os mesmos;
2. Realizar estudos para revisão do REAT;
3. Discutir a implantação das 30 horas desvinculada do Turno Estendido;
4. Implantar Grupo de Trabalho para discussão dos ritmos de trabalho e modelo de atendimento;
5. Realizar com urgência os Exames Periódicos.

O assessor do Ministro da Previdência, Benedito Brunca, compareceu no final da reunião e explanou sobre as MPs 664 e 665 e as razões e motivos de sua edição, defendendo a postura governamental de que é necessário adequar às contas e o valor atuarial dos benefícios do seguro social para que tenha sustentabilidade no longo prazo, modificando, portanto, certos critérios de concessão que, segundo ele, já não cabe no atual modelo econômico.

A FENASPS contestou os números apresentados e afirmou que o Ministro já admitiu que a Previdência é superavitária, além de outros órgãos com estudos aprofundados no tema, como ANFIP, Auditoria Cidadão da Dívida e Universidades. Afirmamos, também, que o trabalhador de uma maneira geral, seja do serviço público ou privado, está vivendo uma avalanche em perdas de direitos e que não concordávamos com mais essa atribuição do seguro defeso, que é atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego, que vai trazer mais de um milhão de brasileiros para serem atendidos numa estrutura já deficitária de servidores, sistemas e ambientes de trabalho inadequados com a necessidade.

O assessor ministerial disse ainda que hoje a Previdência Social Urbana tem um superávit de 33 bilhões e a Rural um déficit de 80 bilhões. Mas que o Ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, em declaração feita na Comissão de Seguridade Social, explicou que esta diferença é coberto pelo Tesouro.

Os representantes da FENASPS lançaram, então, um desafio para que o governo apresente a receita de cada rubrica como: contribuição sobre a folha de pagamento, contribuintes individuais, contribuições sobre lucros e resultados, contribuição sobre Fim Social, contribuição sobre Loterias e outras contribuições, para divulgar um balanço real da situação da Previdência Social, sobre receitas e despesas, para por fim a cantilena de que o déficit na Previdência é coberto pelo orçamento da União.

Finalizada a apresentação das Medidas Provisórias, propusemos uma nova reunião a realizar na segunda quinzena de maio, no qual a Administração assinalou positivamente após avaliação das questões demandadas.

Brasília, 14 de abril de 2015.

Representantes da FENASPS no Fórum Permanente de Gestão de Trabalho